



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

6787 - Trabalho Completo - 14a Reunião da ANPEd – Sudeste (2020)

ISSN: 2595-7945

GT 15 - Educação Especial

Formação docente musical: interseções com a educação inclusiva

Lisbeth Soares - FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - FEUSP

Karina Soledad Maldonado Molina - UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FORMAÇÃO DOCENTE MUSICAL: INTERSEÇÕES COM A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Este trabalho tem como proposta colaborar com a discussão a respeito da formação docente em Música na perspectiva da Educação Inclusiva. O recorte diz respeito às pesquisas que já se ocuparam desta temática e de suas interseções com a Educação Inclusiva.

Em pesquisa que envolveu dados de 80 instituições de ensino superior (IES) brasileiras que ofereciam cursos de licenciatura em Música em 2010, Soares, Schambeck e Figueiredo (2014) identificaram várias questões relevantes. Nesta pesquisa, “os estudantes foram perguntados em quais áreas ou habilidades eles precisaram de complementação no curso de licenciatura. A categoria ‘habilidade para trabalhar com alunos com necessidades especiais’ foi a primeira, seguida de habilidade para compor e improvisar” (SOARES, SCHAMBECK, FIGUEIREDO, 2014, p. 59).

Os autores também identificaram que apenas 3 IES atenderam às normativas da legislação federal, particularmente ao Decreto presidencial 5626/2005, o qual indica a inserção da Libras como disciplina obrigatória nos cursos de licenciatura e a Portaria 1793/94/MEC, que propõe a inserção da disciplina “Aspectos ético- político-educacionais da normalização e integração da pessoa portadora de necessidades especiais” nos cursos de graduação em Pedagogia, Psicologia e nas licenciaturas.

Em relação aos dados coletados junto aos/as alunos/as de licenciatura, Lopes e Schambeck (2014), em um subprojeto desta pesquisa, apontam que a “habilidade para trabalhar com alunos com necessidades especiais” (idem, p. 137) foi destacada como uma das habilidades importantes para a docência, mas evidenciam que “os estudantes tendem a não gostar de ensinar música para alunos com necessidades especiais” (idem), o que reforça a necessidade de inserção de práticas e discussões nos cursos formativos. Concluem que é papel das IES, dentre outras questões, “conhecer os instrumentos de acessibilidade que podem auxiliar na aprendizagem dos educandos com deficiência e discutir práticas pedagógicas organizacionais voltadas para uma escola aberta a todos” (LOPES, SCHAMBECK, 2014, p. 138).

A pesquisa feita por Silva (2017) versou sobre a atuação de professores de Música em escola pública de Educação Básica, analisando as práticas com os alunos com deficiência

incluídos nas turmas regulares. A partir de entrevistas e observações das aulas, a pesquisadora indica que as dificuldades pertinentes às situações de ensino derivam tanto das questões estruturais e materiais - falta de espaço físico adequado, falta de materiais e instrumentos musicais, falta de profissionais de apoio - quanto das questões relativas à formação docente.

De acordo com Silva (2017), os participantes da pesquisa buscam na autoformação possibilidades para qualificar seu trabalho, já que não há ações formativas no âmbito das escolas ou da rede de ensino que abordem a temática da Educação Musical ou da Educação Inclusiva. Para estes participantes, as formações oferecidas pela secretaria de educação local, apesar de terem a inclusão como temática, não são suficientes para a sua prática. Além disso, a formação inicial dos participantes não contemplou disciplinas voltadas para a Educação Musical Inclusiva, apesar da legislação que faz esta indicação.

Viana (2015) e Pendeza (2018), identificando lacunas na formação inicial dos/as docentes em música, propuseram ações formativas em suas pesquisas. Viana (2015) propôs um curso de formação continuada para professores/as de música e para licenciandos/as em Educação Musical, visando oferecer informações gerais sobre as deficiências e promover a discussão sobre algumas atividades e estratégias pedagógicas.

Este curso de formação fez parte das Atividades Curriculares de Integração, Ensino, Pesquisa e Extensão (ACIEPEs), vinculadas à UFSCar e teve como objetivo “oferecer aos educadores musicais subsídios teóricos e práticos sobre Educação Musical Especial” (VIANA, 2015, p. 32).

Três professoras participaram desta proposta, realizada em nove encontros e os resultados também apontam para a importância da formação em contexto. Para estes encontros foram propostas discussões a partir da exibição de trechos de filmes, de vídeos, da leitura de artigos, da apresentação das definições e caracterização de deficiência. Segundo a autora, as participantes “sugerem que alunos dos cursos de licenciatura em educação musical deveriam ter contato direto com alunos com NEE em aulas de música dadas nos estúdios” (VIANA, 2015, p. 53), um indicativo importante no tocante à formação inicial.

Com o propósito de colaborar com a atuação docente diante de bebês com diagnóstico de autismo, Pendeza (2018) propôs em sua pesquisa um curso de formação para licenciandos em Música. Este estudo contou com 12 participantes, alguns já com experiência na docência em escolas de Música ou escolas de Educação Básica.

Neste caso foram aplicados questionários para levantamentos de saberes prévios acerca do autismo, particularmente sobre os sinais que podem ser observados em crianças entre 6 e 24 meses, bem como outros relativos aos saberes sobre o desenvolvimento típico infantil e seus marcos; após este levantamento foram propostos 10 encontros. Alguns dos conteúdos desenvolvidos nestes encontros foram: histórico e caracterização do autismo, benefícios da Música, atenção compartilhada, busca de contato físico, sorriso social, fases da brincadeira (PENDEZA, 2018).

Dentre as questões indicadas nos questionários de avaliação desse percurso formativo, “foi indagado se os participantes acreditavam que iriam enfrentar alguma dificuldade para aplicar na prática os conhecimentos adquiridos” (PENDEZA, 2018, p. 57). Do total de participantes, 58,33% selecionou a alternativa “parcialmente” e 33,33% a alternativa “sim”, dado significativo, pois nos faz inferir sobre a importância de uma formação que seja mais contextualizada, que parta das vivências para a teoria.

Assim como observado por Viana (2015), Pendeza (2018) também destaca a necessidade de realização de estágios para que os participantes desta pesquisa e de outros

cursos formativos possam colocar em prática os conhecimentos discutidos nos encontros.

Diante destes dados, entendemos que a formação docente dos professores/as de Música, inicial ou continuada, não pode estar distante dessas questões da atualidade, pois é essencial formar profissionais que sejam atentos/as à diversidade humana, que acolham as várias ideias de Música, de maneira particular, e que tenham uma ação contextualizada, consciente e política.

PALAVRAS-CHAVE: Formação docente, Educação Musical, Inclusão

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LOPES, Josiane P. M.;SCHAMBECK, Regina. F. Currículo, deficiência e inclusão. In: SOARES, J; SCHAMBECK, R. F.; FIGUEIREDO, S. (org.) **A formação do professor de música no Brasil**. - 1. ed. - Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2014, p. 127-142.

PENDEZA, Daniele P. **Autismo e educação musical: uma proposta de formação de professores**. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós Graduação em Educação - Universidade Federal de Santa Maria. - Santa Maria /RS, 2018.

SILVA, Crislany V. da. **Práticas docentes e educação musical inclusiva no ensino fundamental da rede municipal de Olinda - PE**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós Graduação em Educação, 2017.

SOARES, J; SCHAMBECK, R. F.; FIGUEIREDO, S. (org.) **A formação do professor de música no Brasil**. - 1. ed. - Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2014,

VIANA, Ana Célia. **Uma proposta de capacitação na área da Educação Musical Especial**. - São Carlos: UFSCar, 2015. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de São Carlos. São Carlos/SP, 2015. 119f.